



DIÁRIO CENTRAL

GOIÂNIA - GO | Nº 1.578
QUINTA-FEIRA, 8 DE FEVEREIRO DE 2024
WWW.DIARIOCENTRAL.COM.BR



JUSTIÇA

Daniel Alves nega agressão sexual em tribunal

ESPORTE | 8

Alberto Estevez/Pool via Reuters

RECURSOS

CAIADO APRESENTA ESTRATÉGIAS DE COMBATE À DENGUE E SOLICITA APOIO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE AOS MUNICÍPIOS

André Saddi



Governador reúne por videoconferência com a ministra Nísia Trindade, detalha instalação dos gabinetes de crise em todas as cidades de Goiás e garante recurso para exames laboratoriais

POLÍTICA | 3

Jose Cruz/Agência Brasil



RELAÇÕES EXTERIORES
LULA VAI AO EGITO E À ETIÓPIA REFORÇAR OS LAÇOS DO BRASIL COM A ÁFRICA

BRASIL | 6

PREVENÇÃO
SAÚDE AMPLIA OFERTA DE TESTES RÁPIDOS DE HIV, SÍFILIS E HEPATITE EM GOIÂNIA

CIDADES | 4

EM BRASÍLIA

Caiado busca apoio para combate às consequências da estiagem em Goiás

Governador participou de reunião com o ministro de Integração e Desenvolvimento Regional, Waldez Góes

Goiás busca apoio da União para desenvolver ações de defesa civil em relação à estiagem severa que levou à publicação de decreto de emergência em 25 cidades goianas, que sofrem os efeitos da seca na produção rural. Em audiência realizada em Brasília, o governador Ronaldo Caiado levou a situação ao conhecimento do ministro da Integração e Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, e solicitou compartilhamento de informações sobre o clima.

“A gente precisa somar forças na área de tecnologia para acompanhar as previsões detalhadas de chuva, para permitir ao agricultor se programar



O governador Ronaldo Caiado no Ministério do Desenvolvimento e Integração Regional: combate às consequências da estiagem na produção rural

e não ter perdas maiores”, afirmou Caiado. O chefe do Executivo esteve no ministério acompanhado do titular da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Pedro Leonardo, e de representantes da Defesa Civil e do Corpo de Bombeiros.

O ministro colocou a equipe técnica do órgão à disposição do Governo de Goiás para atuação conjunta a longo prazo.

“Temos que tratar do assunto como política pública, pois devemos chegar nos próximos anos mais preparados para esse tipo de incidentes. Temos que olhar antecipadamente a estiagem e como ela veio se espalhando do Nordeste para o Brasil todo”, disse Góes.

De acordo com o secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Pedro Leonardo Rezende, a

queda na produção agrícola pode chegar a até 23%, por isso é importante dar apoio ao setor. “Pretende-se facilitar aos produtores rurais a renegociação de suas dívidas junto às instituições bancárias, reconhecendo a situação climática adversa em Goiás”.

Publicado na última segunda-feira (05/02), o decreto estadual de emergência climática abrange os municípios

de Acreúna, Amorinópolis, Araguapaz, Arenópolis, Baliza, Bom Jardim de Goiás, Britânia, Caipônia, Diorama, Guarani de Goiás, Iporá, Israelândia, Ivolândia, Jaupaci, Moiporá, Montes Claros de Goiás, Mozarlândia, Nova Crixás, Palestina de Goiás, Paraúna, Piranhas, Porangatu, Quirinópolis, Santa Helena de Goiás e Turvelândia.

O documento leva em

consideração o registro de baixos pluviométricos, além de condições climáticas extremas por conta do fenômeno El Niño, que influencia no regime de chuvas, e classifica a estiagem como desastre de média intensidade. Como resultado, especialistas estimam a perda de até 4 milhões de toneladas de soja no estado na safra 2023/2024, entre outros efeitos negativos.

Governador articula fomento ao turismo goiano com ministro Celso Sabino

Durante audiência, em Brasília, governador apresentou as ações e planos de investimentos em busca de ampliar o incentivo ao setor

Com objetivo de conseguir apoio do governo federal para o Impulso Goiás, iniciativa do Estado para fortalecer o turismo e a cultura nos municípios goianos, o governador Ronaldo Caiado se encontrou, com o ministro do Turismo, Celso Sabino. Na audiência, na capital federal, Caiado apresentou algumas ações desenvolvidas pelo governo estadual no âmbito do turismo e solicitou incentivo para a ampliação do setor.

“O turismo é uma grande fonte de renda e tem

sido a manutenção da economia de muitos municípios do estado, que entenderam o quanto o setor é forte e rentável, e que passou a ser de grande relevância para Goiás”, pontuou o governador Ronaldo Caiado que destacou a importância do apoio do ministério para ampliar o turismo goiano.

O pedido visa à ampliação do calendário cultural e turístico, que engloba o Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (Fica), a Procissão do Fogaréu, o Canto da Primavera e festivais de gastrono-



Comitiva de Goiás, encabeçada pelo governador Ronaldo Caiado, apresenta pedidos ao Ministério do Turismo

mia, teatro e música. Já estão previstos R\$ 546 milhões para o setor, por meio das secretarias da Retomada, Cultura e Goiás Turismo. “Vamos trabalhar em conjunto para

atender os pleitos do estado de Goiás”, garantiu o ministro Celso Sabino.

Projetos

O Governo de Goiás tem se comprometido com a

ampliação e crescimento do turismo em todas as regiões do estado. Uma das ações contempladas pelo Impulso Goiás é o apoio às festas de Carnaval nas cidades de Goiânia, Arua-

na, Jaraguá e Três Ranchos. Além disso, lançou o Passaporte Goiano, documento com fotos de atrativos turísticos das 11 regiões que englobam os 95 municípios do Mapa do Turismo goiano que permite aos turistas registrarem suas viagens pelo estado.

Já o Goiás Social, por meio da Secretaria da Retomada e da Goiás Turismo, lançou o curso técnico gratuito em Guia de Turismo, que oferece 90 vagas para formação de novos profissionais. Em parceria com o Sistema Fecomércio (Sesc/GO), o Governo de Goiás realiza mais uma edição do projeto Claque Cultural, que visa a realização de eventos culturais e o fortalecimento do turismo e economia nos municípios goianos, com investimento de R\$ 15 milhões.

VIDEOCONFERÊNCIA

Caiado apresenta estratégias de combate à dengue e solicita apoio do Ministério da Saúde aos municípios

Governador reúne por videoconferência com a ministra Nísia Trindade, detalha instalação dos gabinetes de crise em todas as cidades de Goiás e garante recurso para exames laboratoriais

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado, e o secretário de Estado da Saúde, Rasivel dos Reis, apresentaram nesta quarta-feira (07/02) à ministra da Saúde, Nísia Trindade, as estratégias do Estado no combate à epidemia da dengue e chikungunya. A reunião, que teve a participação também da superintendente de Vigilância em Saúde da SES-GO, Flúvia Amorim, foi feita por videoconferência, no Palácio Pedro Ludovico Teixeira.

Único governador médico do país, Caiado detalhou a instalação dos

gabinetes de crise, que serão levados para os 246 municípios goianos. Ele também solicitou ao Ministério da Saúde recursos financeiros para a realização de exames laboratoriais pelas prefeituras. Pedido acatado pela ministra.

A resposta do Governo de Goiás ao cenário foi considerada rápida, com apoio a todas as cidades. Pontos de monitoramento epidemiológico já estão instalados em 40 municípios. "Temos que envolver os esforços e o compromisso de todos os entes, além da população, para evitar casos graves e



Ronaldo Caiado participa de videoconferência com a ministra da Saúde: "Temos que envolver os esforços e compromisso de todos"

mortes pela dengue. São situações que podem ser completamente evitáveis com medidas simples como a limpeza de locais que sejam propícios para a proliferação do mosquito", afirmou o governador. Ele acrescentou que a verba solicitada à ministra será utilizada para que todos os

municípios consigam fazer os exames.

O secretário da Saúde explicou a importância deste procedimento, que garante avaliação e tratamento adequados. "Para este manejo clínico precisamos apoiar os municípios, pois percebemos que muitos possuem cotas

para realizar os exames, sem os quais é muito difícil fazer a hidratação adequada", disse. Rasivel dos Reis acrescentou que essas medidas podem evitar agravamento do estado de saúde do paciente, reduzindo as internações.

O governador também externou a preocupação

em relação à quantidade de óbitos registrados em Goiás. Em 2024 foram quatro óbitos de pacientes jovens, na faixa etária de 30, 34 anos, e uma adolescente de 16 anos. Essa gravidade tem aumentado com o crescimento de casos do sorotipo 2 da dengue, que tem circulando no estado.

CÂMARA MUNICIPAL

Vereadores debatem problema de vagas em unidades escolares da rede pública de Aparecida de Goiânia

Parlamentares expressaram preocupações e sugestões para enfrentar o problema

Com o início do ano letivo, os vereadores aproveitaram o expediente para debates para tratar sobre a insuficiência de vagas nas unidades escolares.

O vereador Gleison Flávio iniciou a discussão destacando que mais de 8 mil crianças estão atualmente fora das salas de aula em Aparecida. Flávio também chamou atenção para a construção de diversos Centros Municipais de

Educação Infantil (CMEIS) que não foram concluídos.

Por sua vez, o vereador Willian Panda enfatizou a necessidade de soluções pragmáticas, propondo a construção de novas escolas e a realização de convênios para expandir a oferta de vagas. Em resposta, o líder do Prefeito na Câmara, vereador Isaac Martins, destacou os esforços da Gestão Municipal em firmar convênios e au-



Marcelo Silva

mentar anualmente o número de vagas disponíveis.

O vereador Erivelton apontou que a escassez de vagas em CMEIS é um problema crônico, que também atingia gestões

anteriores. Neste contexto, o Presidente da Câmara, André Fortaleza, afirmou sua imparcialidade e respeito pelas diversas opiniões dos colegas.

Quanto aos desafios

mais amplos na Educação, Fortaleza expressou confiança no trabalho da Secretária Municipal de Educação, Idelma Oliveira, e reiterou a importância de dar condições adequa-

das aos gestores da área. Sobre a questão específica das vagas escolares, ele reconheceu a natureza crônica do problema, mas ressaltou que a administração atual não está isenta de responsabilidade e deve buscar soluções ativas, mesmo para questões antigas e complexas.

Finalizando, Fortaleza elogiou a gestão dos ex-prefeitos Maguito Vilela e Gustavo Mendanha, mas enfatizou que a atual administração deve ser avaliada por suas próprias ações, independentemente das gestões passadas.

PREVENÇÃO

Saúde amplia oferta de testes rápidos de HIV, sífilis e hepatite em Goiânia

Parceria entre Governo de Goiás e Prefeitura de Goiânia estabelece novo protocolo de atendimento, que deve ampliar a oferta dos testes na rede de atenção primária do município

A subnotificação de casos de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) é hoje um dos maiores desafios da saúde pública brasileira. Pensando nisso, o Governo de Goiás, por meio da Secretaria de Estado da Saúde (SES), iniciou uma parceria com a Prefeitura de Goiânia para melhoria diagnóstica dessas doenças. O projeto prevê a ampliação dos testes para detecção de HIV, sífilis e Hepatites B e C na rede pública municipal, por meio da criação de um novo protocolo de atendimento.

Os testes são hoje indicados para gestantes e estão disponíveis nos Cen-

tros de Atenção Integrada à Saúde (Cais) e unidades de referência. A ideia, conforme a coordenadora de Vigilância das Infecções Sexualmente Transmissíveis da SES, Luciene Tavares, é ampliar para toda a população, disponibilizando o serviço também nas Unidades Básicas de Saúde (UBS). Dessa forma, o paciente que for a qualquer dessas unidades será submetido ao teste como parte obrigatória da triagem, independentemente do motivo que o tenha levado ao local.

“Com este protocolo de atendimento, eu vou testar homens, mulheres, adolescentes, adultos, jovens,



brancos, pretos, trans. Hoje em dia não existe um grupo de risco, mas um comportamento de risco, que nada mais é do que fazer sexo sem o preservativo”, ressalta Luciene. Atualmente, a maioria dos novos casos de HIV são detectados entre jovens na faixa etária entre 15 e 29 anos. Os testes são encaminhados ao estado pelo Ministério da Saúde e possuem estoque regular.

Os exames para as infecções sexualmente transmissíveis ficam prontos em 20 a 30 minutos. “O de HIV é um teste diagnóstico, você faz o primeiro teste e, dando positivo, já faz o outro teste confirmatório, de laboratórios diferentes. A pessoa já sai com diagnóstico e com um encaminhamento para o infectologista. Já os de sífilis, hepatite B e hepatite C, são testes de triagem. Dan-

do positivo, você já sai com encaminhamento para fazer o teste confirmatório na própria rede”, complementa.

Cenário

Em 2024 o estado conta com um total de 39 registros de HIV em adultos, sendo três dos casos identificados em Goiânia. A maior preocupação, contudo, envolve a sífilis, com 245 registros da infecção de forma adquirida,

46 casos em gestantes e 15 de sífilis congênita, quando a IST é transmitida de mãe para filho. A maioria dos registros (64%), ocorre entre homens, entre 20 e 39 anos. “A gente vem vivendo uma epidemia de sífilis há muito tempo, apesar de ser uma doença secular de fácil tratamento”, destaca a coordenadora da SES.

O cenário verificado no ano passado também ascendeu um alerta e gerou grande preocupação do poder público. Isso porque 2023 foi o ano com o maior número de casos registrados de sífilis da série histórica (desde 2010). Foram 9.960 casos de sífilis adquirida, 2.940 de sífilis em gestantes e 652 registros de sífilis congênita, com 6 óbitos de recém-nascidos, 4 deles na capital. Segundo a pasta, os números, contudo, podem estar relacionados à maior facilidade de acesso aos testes para detecção de ISTs.

DIREITOS DAS MULHERES

Entenda os impactos do parecer enviado ao STF sobre processos de crimes sexuais

Especialista em defesa dos direitos das mulheres explica como parecer da AGU pode afetar juízes, advogados, vítimas e acusados

A conduta de juízes e advogados em investigações e julgamentos sobre crimes sexuais pode estar prestes a sofrer uma importante mudança, que trará impactos significativos para vítimas e acusados. É que, no final de janeiro, a Advocacia-Geral da União (AGU) protocolou junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) um parecer em que pede que a vida íntima pregressa e o modo de viver da vítima de violência sexual não sejam considerados nesses tipos de processos. Não há prazo máximo para o julgamento do parecer, mas ele deve ser avaliado por toda a Corte.

A advogada especialista em defesa dos direitos das mulheres, mães e crianças Ana Carolina Fleury explica que o objetivo do pedido

da AGU é combater uma prática que tem crescido exponencialmente nos últimos anos e é adotada como estratégia dos acusados. Trata-se do uso de estereótipos de gênero na tentativa de destruir a imagem da mulher, o que acaba resultando em decisões judiciais baseadas em noções pré-concebidas que a sociedade tem sobre características, comportamentos e papéis da mulher.

“Questionamentos sobre qual roupa a mulher usava no momento do crime sexual ou com quantos parceiros ela se relacionou durante toda a sua vida só reforçam pensamentos preconceituosos e revitimizam mulheres. Por isso, esse parecer busca combater a violência, especialmente a violência

institucional, contra as mulheres, tornando o processo criminal menos agressivo para todas”, avalia Ana Carolina Fleury. A atitude de desqualificar as vítimas de crimes sexuais com base em sua vida íntima pregressa costuma gerar uma série de consequências.

Além do maior número de absolvições de acusados de estupro, são verificados danos psicológicos sofridos pelas vítimas ao serem desqualificadas e impactos até em outros processos judiciais. É isso o que aponta a advogada, que também é mestra em Educação pela Universidade Estadual de Goiás (UEG) e ministra vários cursos nas áreas de Direito Penal e Direito da Família, sempre com foco na Lei Maria da Penha e violência doméstica.

“A desqualificação de vítimas de violências diversas, especialmente as sexuais, constrange a mulher com o intuito de desestabilizar,

envergonhar e amedrontar. Isso torna o caminho de um processo judicial um verdadeiro calvário, fomenta a culpabilização da mulher como justificativa para práticas criminosas e trata-se de uma conduta utilizada inclusive em outros processos, como os que envolvem a guarda dos filhos de casais separados, regras de convivência entre os mesmos e pensão alimentícia”, exemplifica.

Outras normas

O parecer protocolado pela AGU no STF leva em consideração que, apesar de a atual legislação abordar a proteção das mulheres em outras normas, tais como a Lei Maria da Penha e a Lei Mariana Ferrer, isso não foi suficiente para impedir o crescimento da quantidade de absolvições de acusados de abuso sexual nos últimos anos. A desqualificação das vítimas é tão frequente que, além de ca-



Ana Carolina Fleury, advogada especialista em defesa dos direitos das mulheres

so que ficaram nacionalmente famosos, há muitos outros por todo o Brasil.

A advogada Ana Carolina Fleury cita um caso recente atendido pelo escritório Póvoa, Schmidt & Fleury, onde ela atua. “Uma mulher que foi vítima de violência sexual e ficou extremamente traumatizada e abalada psicologicamente teve sua situação descrita por um perito como um ‘affair’ com o agressor”, conta. Fleury relata ainda que é muito comum nas audiências a realização de perguntas que atingem a honra das mulheres e trazem questões anteriores

ao crime avaliado.

A especialista ressalta que tanto a Lei Maria da Penha como o próprio Código de Processo Penal determinam que a palavra da vítima tem relevância especial como prova quando envolve violências de gênero, mas que, em muitos casos, isso acaba não ocorrendo na prática. “Pedidos como o da AGU são importantes porque o Estado falha em cumprir as diretrizes básicas das leis, demonstrando a necessidade da utilização de outros meios para reafirmar aquilo que já existe, porém ainda não é efetivado”, analisa.

PROCESSO SELETIVO

Governo retoma vestibular de Medicina da UEG

Inscrições para o certame já estão abertas e seguem até 5 de março. Ao todo, são oferecidas 30 vagas para a unidade universitária de Itumbiara

O governo de Goiás, por meio da Universidade Estadual de Goiás (UEG), publicou na segunda-feira (5/02) o edital para o Processo Seletivo Vestibular UEG 2024/2 – Curso de Medicina, a ser ofertado na unidade universitária de Itumbiara. Ao todo, são ofertadas 30 vagas. As inscrições podem ser feitas até 5 de março, exclusivamente pelo site www.vestibular.ueg.br.

O governador Ronaldo Caiado comemorou a retomada do vestibular, que ocorre após toda uma reestruturação do curso. “Vamos agora para um vestibular de uma faculdade de Medicina capaz de formar jovens competentes, padrão de excelência, padrão do Governo de Goiás” disse. “Mas para isso se tornar uma realidade, tivemos que construir toda uma estrutura, como também contratar e já nomear técnicos e professores”, completou o governador.

A taxa de inscrição do vestibular é de R\$ 180, sendo isenta para titu-

lares ou dependentes no Cadastro Único para os Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e doadores de sangue, medula óssea e leite materno. A isenção deve ser solicitada até 14 de fevereiro.

Há vagas reservadas ao sistema de cotas, voltadas a candidatos que comprovadamente sejam oriundos de rede pública de educação básica, negros, indígenas ou pessoas com deficiência. São oferecidas ainda duas vagas suplementares aos quilombolas.

As provas serão aplicadas no dia 28 de abril, em Goiânia e Itumbiara. O resultado final do certame será divulgado em 21 de junho e o início das aulas ocorrerá no mês de agosto. Confira o edital do processo seletivo em www.vestibular.ueg.br.

Reestruturação

Para a retomada do vestibular de Medicina, o curso foi totalmente re-



Divulgação

Vestibular de Medicina volta após reestruturação do curso e investimentos para atender às demandas e necessidades da graduação

modelado, com nova matriz curricular tendo sido elaborada e aprovada.

Entre os investimentos realizados estão a realização de três concursos públicos para docentes e técnicos de laboratório; construção, ampliação e reforma de laboratórios e espaços necessários ao curso;

e aquisição de equipamentos, insumos, simuladores e mobiliários.

Também foram realizadas parcerias com a prefeitura de Itumbiara e com o Sistema Único de Saúde, além de firmados convênios para viabilizar o internato nas redes municipal e estadual de saúde e em

hospital privado.

O reitor da UEG, Antonio Cruvinel, destacou que a Universidade tem o compromisso com a excelência acadêmica e o desenvolvimento do estado de Goiás, assim como com a formação de cidadãos socialmente comprometidos e profissionais que possam atuar no mundo

do trabalho com humanidade e ética.

“Nos últimos anos, empreendemos todos os esforços para que o curso fosse reestruturado a fim de que pudéssemos voltar a ofertar vagas para a formação desses profissionais que tanto são necessários a toda a humanidade”, explicou o reitor.

Divulgado resultado final do ProBem

Nomes selecionados para 2024 estão disponíveis no site da OVG (ovg.org.br); os 4 mil novos bolsistas recebem o benefício a partir deste semestre, incluindo o valor da matrícula

Está disponível no site da Organização das Voluntárias de Goiás (OVG) – www.ovg.org.br – o resultado final do processo seletivo do Programa Universitário do Bem (ProBem) 2024/01. São 4 mil novas bolsas concedidas pelo Governo Estadual, via Goiás Social, sendo mil integrais e 3 mil parciais destinadas a estudantes em situação de vulnerabilidade social, com registro ativo e atualizado no Cadastro Único (CadÚnico).

Os 4 mil novos bolsistas já recebem o benefício a partir deste semestre, incluindo o valor da matrícula. “São estudantes vulneráveis, de todas as regiões de Goiás, que terão o futuro transformado com o

apoio do Governo de Goiás”, diz a presidente de honra da OVG e coordenadora do Goiás Social, primeira-dama Gracinha Caiado.

A coordenadora do Goiás Social frisa que o ProBem não é só um programa social que oferece bolsas de estudo. “É uma iniciativa que tem o papel de mudar a realidade de famílias inteiras e, também, de impactar a economia do estado e dos municípios pela geração de mão de obra qualificada”, comenta Gracinha Caiado.

Os estudantes selecionados deverão confirmar sua matrícula na instituição de ensino superior até o dia 29 de fevereiro de 2024. Após essa data, o candidato perderá o be-

nefício do ProBem. Os universitários de Goiânia e região metropolitana serão convidados para assinar o Termo de Adesão também no dia 29 de fevereiro, em evento em Goiânia.

Após a assinatura do Termo de Adesão, o aluno já será beneficiário do ProBem e deverá entrar na Central do Bolsista para programar seu Banco de Oportunidades. No decorrer do semestre, o universitário deverá realizar cursos, capacitações e ações sociais até completar a pontuação exigida e deverá manter aproveitamento acadêmico mínimo de 75%.

Em caso de dúvidas, os estudantes podem entrar em contato com a Cen-

tral de Relacionamento do ProBem pelos telefones: (62) 3270-8500 (região metropolitana), 0800 062 9413 (interior) ou ainda pelo WhatsApp (62) 99641-6090. O atendimento é de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h.

Divididas entre parciais e integrais, as bolsas do ProBem correspondem a 50% do valor da mensalidade, limitadas a R\$ 650, ou a 100% do valor, até R\$ 1.500. Já as bolsas concedidas aos estudantes que cursam Medicina ou Odontologia os limites são maiores: R\$ 2.900 para parciais e R\$ 5.800 para integrais, uma vez que os valores das mensalidades desses cursos são superiores aos dos demais.



Aline Cabral

Resultado final do processo seletivo 2024/1 está disponível no site da OVG (ovg.org.br): ensino superior ao alcance de todos

RELAÇÕES EXTERIORES

Lula vai ao Egito e à Etiópia reforçar os laços do Brasil com a África

Logo após o carnaval, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai ao Egito e à Etiópia, entre os dias 14 e 18 de fevereiro, para reforçar a agenda internacional do Brasil junto aos países africanos, buscando ampliar as parcerias por meio de uma agenda comum pró-Sul Global.

O termo Sul Global é usado para se referir aos países pobres ou emergentes que, em sua maioria, estão localizados no Hemisfério Sul do planeta.

O combate à desigualdade e à fome, a transição energética e as mudanças climáticas e a reforma das instituições internacionais, além da ampliação do comércio entre o Brasil e os países africanos, estão entre os temas que o presidente Lula deve tratar na viagem, segundo informou, nesta quarta-feira (7), o Ministério das Relações Exteriores (MRE).

O secretário de África e de Oriente Médio do MRE, embaixador Carlos Sérgio Sobral Duarte, disse que existe uma coincidência entre a agenda internacional do Brasil e dos países africanos.

“A maior participação de países em desenvolvimento nas decisões dos organismos internacionais é uma aspiração importante, não só do Brasil, mas também dos africanos, dos países em



sasasasasa

desenvolvimento em geral, e os africanos são um corpo de vozes e votos importante”, avalia Duarte.

O Brasil defende, no plano global, reformas nos bancos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, assim como no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), como forma de aumentar a representação dos países do Sul Global nesses espaços.

O secretário do Itamaraty para África e Oriente Médio acrescentou que essa viagem tem um caráter mais político e reflete as prioridades que o presidente Lula tem dado à política externa brasileira.

“Essas visitas procuram,

e certamente serão bem sucedidas, em reforçar esses elementos da política externa brasileira, em termos de reinserção e de participação direta em soluções para essas questões ambientais e econômicas internacionais. Mas também em relação à prioridade África, esse continente que ainda é relativamente pouco explorado do ponto de vista econômico, do ponto de vista comercial, mas que tem tantos vínculos com o Brasil”, destacou.

Gaza

O embaixador acrescentou que a guerra na Faixa de Gaza também deve ser abordada pelo presidente Lula tanto no Egito, quanto na Etiópia, ocasiões em que deve defender uma solução

para a viabilização do Estado da Palestina.

“Qualquer conversa que os chefes de Estado tenham sobre esse assunto, privadamente, mais reservadamente, certamente esses elementos do cessar fogo e da soltura de reféns e condições conducentes a uma solução, eu acho que certamente estarão presentes”, disse.

Egito

Assim como a Etiópia, o Egito está entre os países recém-integrados ao Brics, bloco que reúne economias emergentes como Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. E a ideia da viagem é reforçar os laços entre os dois países.

O presidente Lula tem

agenda marcada com o presidente Abdel Fattah El-Sisi, no Cairo, no dia 15 deste mês. Também está prevista uma possível visita à Liga Árabe, grupo de países árabes que tem sua sede no Cairo.

Apesar de essa ser uma viagem considerada mais política, também será discutida a possibilidade de ampliar as exportações agropecuárias do Brasil para o Egito. De acordo com o secretário Duarte, o objetivo é fazer “o Egito aceitar um número maior de certificações em relação a abatedouros aqui no Brasil, para aumentar esse fluxo comercial”.

Etiópia

Na Etiópia, o presidente Lula terá reuniões bila-

Presidentes participa como convidado da Assembleia da União Africana

terais com autoridades e vai participar, como convidado, da Assembleia da União Africana, entidade que representa os cerca de 50 estados do continente e tem sua sede na Adis Abeba, capital da Etiópia.

O secretário do MRE Carlos Duarte disse que o Itamaraty interpretou esse convite “como um reconhecimento da prioridade que o presidente [Lula] vem dando, vem imprimindo à sua política externa no que diz respeito à África. E também a coincidência das agendas africana e brasileira”.

Além do presidente Lula, devem participar da assembleia, como convidados, o secretário-geral da ONU, António Guterres, e o presidente da Autoridade Palestina, Mahmoud Abbas. A expectativa do Itamaraty é que Lula se reúna com ambos durante os dias 17 e 18 de fevereiro.

O embaixador acrescentou que a assembleia será uma oportunidade para que o presidente tenha contato direto com outros chefes de Estado da União Africana. Segundo ele, Lula deve priorizar, em seu discurso, “ênfase a essas coincidências [entre as agendas internacionais do Brasil e países africanos] e as oportunidades de cooperação”.

OPERAÇÃO TEMPUS VERITATIS

Operação da PF investiga tentativa de golpe de Estado

Exército Brasileiro acompanha cumprimento de alguns mandados

A Polícia Federal (PF) deflagrou nesta quinta-feira (8) a Operação Tempus Veritatis. O objetivo é investigar uma organização criminosa que, segundo a corporação, atuou na tentativa de golpe de Estado e abolição do Estado Democrático de Direito para obter vantagem de natureza política com a manutenção do então presidente Jair Bolsonaro no poder.



Divulgação / Polícia Federal

Estão sendo cumpridos, ao todo, 33 mandados de busca e apreensão e quatro mandados de prisão preventiva, além de 48 medidas cautelares que in-

cluem a proibição de manter contato com outros investigados; a proibição de se ausentar do país, com entrega dos passaportes no prazo de 24 horas; e a

suspensão do exercício de funções públicas.

As medidas judiciais, expedidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), estão sendo cumpridas nos seguintes estados: Amazonas, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Ceará, Espírito Santo, Paraná e Goiás, além do Distrito Federal. O Exército Brasileiro acompanha o cumprimento de alguns mandados.

“As apurações apontam que o grupo investigado se dividiu em núcleos de atuação para disseminar a ocorrência de fraude

nas eleições presidenciais de 2022, antes mesmo da realização do pleito, de modo a viabilizar e legitimar uma intervenção militar, em dinâmica de milícia digital”, informou a PF.

“O primeiro eixo consistiu na construção e propagação da versão de fraude nas eleições de 2022, por meio da disseminação falaciosa de vulnerabilidades do sistema eletrônico de votação, discurso reiterado pelos investigados desde 2019 e que persistiu mesmo após os resultados do segundo turno do pleito em 2022”, completou a

corporação.

Já o segundo eixo de atuação do grupo, de acordo com o comunicado, consistiu na prática de atos para subsidiar a abolição do Estado Democrático de Direito, por meio de um golpe de Estado, com apoio de militares com conhecimentos e táticas de forças especiais em “ambiente politicamente sensível”. Por fim, a PF destacou que os fatos investigados configuram crimes de organização criminosa, abolição violenta do Estado Democrático de Direito e golpe de Estado.

SUPREMO

Com participação de Caiado, STF define prazo de 30 dias para nova lei de fiscalização do TCE-GO

Em audiência no Supremo, governador reforçou posição de respeito a todos os poderes e órgãos independentes e prestação de contas dos gastos com dinheiro público

A definição do prazo de 30 dias para consenso sobre a reformulação da lei que trata da fiscalização do Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO) pela Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego) foi o principal resultado da audiência de conciliação realizada nesta terça-feira (06/02), no Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília. O encontro mediado pelo ministro André Mendonça, teve a participação do governador Ronaldo Caiado; do presidente da Alego, Bruno Peixoto; do presidente do TCE-GO, Saulo Mesquita; e do presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Cezar Miola.

Após a reunião, Caiado reforçou o entendimento

sobre a constitucionalidade da lei goiana (Lei n.º 22.482/2023) e ressaltou a posição do Governo de Goiás pelo “respeito a todos os Poderes e os órgãos independentes, mas com todos prestando conta para que haja fiscalização do gasto com o dinheiro público”. “Vamos apresentar sugestões, sempre consultando o gabinete do senhor ministro, para chegarmos a um texto final de concordância”, declarou o chefe do Executivo estadual, acompanhado pelo procurador-geral do Estado, Rafael Arruda.

Presidente da Alego, o deputado Bruno Peixoto defendeu o amadurecimento do texto. “A Assembleia Legislativa tem o poder de fiscalizar e o TCE tem obrigação de prestar contas. Es-



Caiado concede entrevista após audiência no STF que definiu prazo de 30 dias para nova lei de controle do TCE-GO: “Respeito a todos os Poderes e os órgãos independentes, mas com todos prestando conta para que haja fiscalização do gasto com o dinheiro público”, disse

tamos analisando a maneira que isso será realizado”, destacou ele, ao explicar que a lei está em vigência, porém com efeitos suspensos durante o prazo acordado para discussão das penalidades previstas no texto original. “Neste prazo de 30 dias não haverá aplica-

bilidade”, explicou.

A Lei Estadual nº 22.482/2023, de autoria do deputado estadual Tales Barreto, que também participou da audiência no STF, dispõe sobre o exercício do controle externo pela Assembleia Legislativa. No artigo 6º, a

norma estabelece que “o TCE prestará, anualmente, contas de sua execução orçamentária, financeira e patrimonial à Assembleia Legislativa até 60 dias da data de abertura da sessão do ano seguinte àquele a que se referir o exercício financeiro das contas”.

O texto foi questionado no STF pela Atricon por meio de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI). A entidade alega que as alterações promovidas na Constituição do Estado seriam contrárias às prerrogativas de autonomia e autogoverno da corte de contas.

SEGURANÇA PÚBLICA

Operação combate sonegação fiscal em rodovias na grande Goiânia

Fisco estadual apreende R\$ 400 mil em mercadorias sem nota fiscal e carga de 50 mil latas de refrigerante

O Governo de Goiás, por meio da Secretaria da Economia, realizou a Operação de Fiscalização Intensiva do ICMS nesta terça-feira (6/2), nas principais rodovias federais que interligam a região metropolitana de Goiânia, com foco no combate à circulação de mercadorias com irregularidades fiscais. O trabalho foi conduzido pela Delegacia Regional de Fiscalização (DRF) da capital e resultou na apreensão de 400 mil mercadorias sem nota fiscal, além de

uma carga de 50 mil latas de refrigerante.

“O objetivo das operações que já realizamos e das que ainda vamos realizar é marcar a presença do Fisco em todo o território goiano. Aqui nós estamos fazendo uma espécie de cerco, um pente-fino. A tendência é que isso seja rotineiro. Esta ação reflete o compromisso das autoridades fiscais do Governo de Goiás com a manutenção da justiça tributária e a prevenção de práticas ilegais”, destaca o titular da

DRF de Goiânia, auditor fiscal Ricardo Lucena.

Com uma equipe formada por nove auditores fiscais, 11 técnicos fazendários e 18 policiais do Batalhão Fazendário da Polícia Militar, sob a coordenação da Supervisão de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito da DRF de Goiânia, foram realizadas blitzes surpresa nos postos da Polícia Rodoviária Federal (PRF) de Hidrolândia (BR 153), Abadia de Goiás (BR 060) e Goianápolis (BR 153/060) – saída para Anápolis).

Balanco parcial

Levantamento parcial da fiscalização indica o flagrante de R\$ 400 mil em mercadorias sem a

devida documentação fiscal e ICMS sonegado de aproximadamente R\$ 75 mil. Somente uma carga de 50 mil latas de refrigerante, avaliada em R\$ 200 mil, equivale a R\$ 40 mil em ICMS não recolhido”, informa o delegado fiscal. A mercadoria está no Complexo Fazendário da Secretaria da Economia. O caso está com a Delegacia de Repressão a Crimes Contra a Ordem Tributária (DOT) para apuração dos reais proprietários da carga.

Estratégia de fiscalização

A eficácia da operação foi garantida pelo uso de tecnologia de ponta em fiscalização de trân-



Operação realizada pela Secretaria da Economia tem foco no combate à circulação de mercadorias com irregularidades fiscais

sito – Infotrânsito – um aplicativo de inteligência artificial. “O Infotrânsito faz o cruzamento de dados. Ele busca a placa do veículo e faz uma varredura na base de dados da Secretaria da

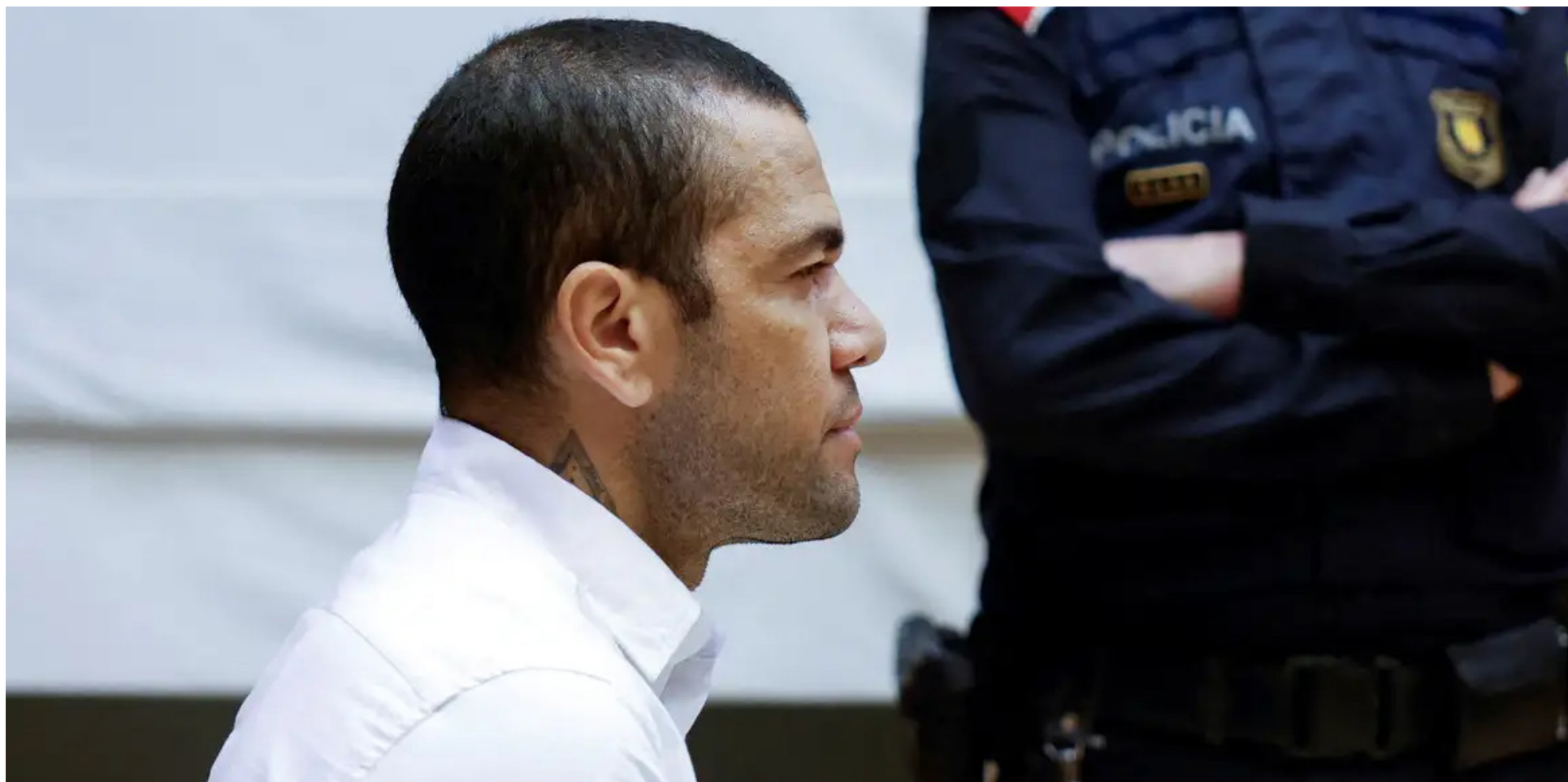
Economia para checar se foi lançada a nota fiscal referente à carga. Quando o documento não é confirmado, o Infotrânsito dá um alerta e nós paramos o veículo”, explica Ricardo Lucena.

Junior Guimarães

Denis Marlon

JUSTIÇA

Daniel Alves nega agressão sexual em tribunal



Alberto Estevez/Pool via Reuters

Ex-jogador da seleção brasileira está detido desde janeiro de 2023

O ex-jogador de futebol Daniel Alves afirmou que teve sexo consensual e não agiu violentamente em seu encontro com uma mulher em uma boate de Barcelona em 2022, ao dar seu depoimento nesta quarta-feira (7) em um julgamento de acusações de

agressão sexual.

Falando calmamente, mas encerrando o depoimento com lágrimas nos olhos, o ex-lateral direito de 40 anos do Barcelona (Espanha) disse que a mulher tocou seus órgãos genitais enquanto eles dançavam e voluntariamente o acompanhou ao banheiro,

onde ela realizou sexo oral nele e eles tiveram relações sexuais.

Questionado se a havia forçado a fazer sexo ou se agiu violentamente ou não permitiu que ela saísse do banheiro, Alves disse: "Nunca. Não sou esse tipo de homem. Não sou um homem violento".

As declarações de Alves nesta quarta-feira encerraram três dias de depoimentos no julgamento, que agora entrará na fase

de deliberação por um painel com três juízes. A promotoria pública acusa Alves de ter forçado a mulher a fazer sexo sem seu consentimento e sem usar uma camisinha. A mulher de 23 anos prestou depoimento atrás de uma tela e com voz distorcida para proteger sua identidade.

A Promotoria pede uma sentença de nove anos de prisão e que Alves pague indenização de 150 mil euros à mulher. A mulher

quer uma sentença de prisão de 12 anos. Daniel Alves foi detido em janeiro do ano passado e, desde então, está sendo mantido em prisão preventiva.

Em um primeiro momento, ele negou ter tido qualquer encontro sexual com a mulher e disse que não a conhecia. Depois afirmou que praticou sexo consensual com ela no banheiro de uma boate, acrescentando que havia original-

mente negado isso para proteger seu casamento.

O caso atraiu muita atenção não apenas pela fama de Alves, mas porque agressão sexual é um tema político importante na Espanha. Duas amigas da mulher que acusa Alves disseram ao tribunal, na última segunda-feira (5), que o ex-jogador as apalpou naquela noite, antes de ter supostamente agredido sexualmente sua amiga.



diariocentral 

@jornaldiariocentral 

Conheça nosso site

www.diariocentral.com.br